



Fluxo Local, Regional e Internacional de Conteúdo em Rádios Públicas Brasileiras: Um Pouco de História e Perspectivas de Evolução¹

Thiago REGOTTO²

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

RESUMO

As rádios públicas existem em todo o mundo. Em alguns países como Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha e Portugal, elas já alcançaram uma maturidade. O Brasil tem várias emissoras não-comerciais espalhadas pelos país. A história e a situação de cada uma delas é muito diferente. A organização atual dessas emissoras em redes cria uma troca maior de experiências e conteúdos, o que parece apontar para um amadurecimento do sistema público de rádio brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: rádio; comunicação pública; rede; geografias.

Introdução

O Brasil tem uma história longa com comunicação pública. Na década de 1920 o Professor Edgar Roquette-Pinto fundou a primeira rádio do país, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro - atual Rádio MEC. Nos anos 1930 e 1940 a Rádio Nacional do Rio de Janeiro fez história. Ao longo dos outros anos, diversas de rádios educativas estaduais, municipais e universitárias foram criadas. Apesar de todo esse tempo e quantidade de emissoras, a história brasileira com comunicação pública é bem complexa. Vale dizer ainda que mesmo usando o termo rádio pública, devemos lembrar que no Brasil não existe ainda nenhuma rádio pública em sua totalidade. Segundo a UNESCO, um serviço de comunicação pública deve:

“ser feito de radiodifusão, financiada e controlada pelo público, e para o público. Não é privado, nem do estado, é livre de interferência política e pressão das forças comerciais. Através do serviço de comunicação pública, os cidadãos são informados, educados e também se divertem. Quando garantida com o pluralismo da diversidade, a programação, a independência editorial, serviços de financiamento adequadas, responsabilidade e transparência, a radiodifusão pública pode servir como uma suporte da democracia.” (UNESCO, 2010, Tradução nossa).³

¹ Trabalho apresentado no GP Geografias da Comunicação do X Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Ouvinte do Mestrado em Comunicação Social da UERJ e Coordenador de Programação da Rádio MEC FM email: thiagoregotto@gmail.com.

³ Public Service Broadcasting (PSB) is broadcasting made, financed and controlled by the public, for the public. It is neither commercial nor state-owned, free from political interference and pressure from commercial forces. Through PSB, citizens are informed, educated and also entertained. When guaranteed with pluralism, programming diversity, editorial independence, appropriate funding, accountability and transparency, public service broadcasting can serve as



No Brasil, podemos identificar algumas emissoras educativas e universitárias que buscam esse caminho, mas, para ser totalmente pública, ainda é preciso alcançar algumas metas como independência de pressões políticas e comerciais. O que temos no país hoje são algumas emissoras não-comerciais, de diversos tipos - educativas, culturais, universitárias - que tentam se afastar da forma estatal.

Panorama Internacional

Ao observarmos emissoras públicas na Europa ou nos Estados Unidos em relação ao Brasil percebemos diferenças no amadurecimento no conceito de entidade pública. Muitos países trabalharam o campo público de outra maneira a partir dos anos 1970. No Brasil o termo ainda é confundido com algo que pertença ao Estado ou que não tenha qualidade. Um reflexo de uma cultura onde outras instituições como escolas e hospitais foram abandonadas ao longo do tempo e hoje prestam um serviço precário à população. Até os dias de hoje, com várias rádios educativas espalhadas pelo país, temos um tempo considerável de atuação no campo público. A inconstância em relação às emissoras públicas fez com que elas não se consolidassem em nossa sociedade, se compararmos com outras experiências internacionais, já que a cada governo, os canais administrados pelos poderes federais, estaduais e municipais parecem ser geridos segundo os perfis de cada governante. Assim, o poder público pode abandonar as rádios públicas ou usá-las como palanque do seu mandato.

“No total, a administração Sarney distribuiu 1.028 concessões de emissoras de rádio (AM E FM) e televisão – 30,9% dos canais existentes na época. Em apenas um mandato José Sarney assinou um número de concessões superado apenas pela soma das permissões autorizadas por todos presidentes brasileiros de 1934 e 1979: ao longo de 45 anos haviam sido outorgados 1.483 canais de rádio ou TV, ou 44,5% das emissoras que estavam no ar em 1989. (MOREIRA, 1998, pg.94)

Ao olharmos para alguns países da Europa ou ainda para os Estados Unidos e o Canadá podemos ver um maior amadurecimento nas rádios públicas a partir da década de 1970. O processo de organização feito na época, nesses países, é muito similar com o que parece estar sendo feito atualmente no Brasil. Principalmente se compararmos ao sistema da norte-americana NPR, a Nacional Public Radio. A NPR foi criada em 1970, englobando duas instituições: a Associação de Emissoras de Rádios Públicas (1973-

a cornerstone of democracy. (UNESCO, 2010)



1977) e a Rede de Rádios Educativas Nacionais (1925-1970). Essas entidades mantinham contato com as centenas de emissoras não-comerciais americanas. Em 1967 o Congresso Americano publicou o Ato de Comunicação Pública instituindo um serviço público de radiodifusão nos Estados Unidos. A lei criou a Corporation for Public Broadcasting, CPB, e com ele vieram duas organizações: o Public Broadcasting Service (PBS) e a National Public Radio (NPR). Quando o presidente Lyndon Johnson assinou a lei em 07 de novembro de 1967, ele descreveu sua finalidade como sendo uma voz mais forte para rádio e televisão educativos, oferecendo novos fundos para as instalações e transmissão. Atualmente a NPR produz e distribui notícias e programação cultural para quase mil emissoras em todo os Estados Unidos. As estações de rádio públicas associadas não são obrigadas a transmitir todos os programas que são produzidos pela NPR. A maioria das estações públicas de rádio montam sua programação com uma mistura de programas da NPR, com o conteúdo de outros provedores como o American Public Media e o Public Radio International, junto de programas produzidos localmente. A NPR tem dois programas jornalísticos principais: de manhã o Morning Edition e à tarde All Things Considered. Ambos são produzidos em parceria pelas estações membro da NPR, respeitando a localidade de cada emissora. De 2002 a 2008 esses programas foram os segundo e terceiro programas de rádio mais ouvidos do país. A NPR gerencia ainda o Public Radio Satellite System, que distribui programas da própria e de outros produtores independentes.(NPR, 2010)

As emissoras de países europeus, como Portugal, Alemanha, Espanha e Holanda, entre outros, parecem ter passado por um processo similar: de porta voz do estado para porta voz da sociedade. Foram as poucos deixando de ser estatais e ganhando cada vez mais a cara de pública. A partir de 2002 o serviço de comunicação pública portuguesa foi reestruturado. Todos os canais de rádio e TV do país - divididos entre RTP e RDP - foram reunidos na nova RTP. A instituição ganhou ouvintes e um conselho curador, que controlam as atividades dos canais públicos de rádio e TV portugueses. A Alemanha parece ter passado também por processo semelhante. Durante a Segunda Guerra Mundial as emissoras regionais foram fundidas em uma rede nacional pelos nazistas para criar um poderoso meio de propaganda. Após o termino da guerra uma estrutura descentralizada de radio foi criada com emissoras regionais que existem até hoje. Além dessas rádios regionais existe ainda um serviço nacional de rádio com duas redes (Deutschlandradio e ARD). Todos os serviços são principalmente financiados através de taxas pagas por todos os que mantêm uma rádio, televisão,



computador ou celular com acesso à Internet, e são regidas por conselhos de representantes da sociedade civil. (RODRIGUES, 2009)

As emissoras nacionais de cada país foram criadas em épocas diferentes e usadas por cada governante de várias maneiras ao longo dos anos. A maturidade democrática de cada estado permite avanços na administração destes canais da sociedade. Embora esta tendência de migração do estatal para o público seja muito forte na Europa e no resto do mundo, nem todos os países seguem o mesmo curso como é o caso da Itália, da China e da Venezuela. Os canais públicos destes países ainda estão muito ligados ao Estado, exercendo o papel de porta-voz do governo. Muitos países mantêm um serviço internacional de rádio em várias línguas, que serve para manter contato com colônias de emigrantes e ainda levar uma imagem do país para exterior. Periodicamente eles enviam notícias e programas culturais para emissoras associadas no mundo inteiro. Porém, o fluxo na troca de conteúdo é unilateral. As emissoras europeias enviam seus conteúdos para países da África e América do Sul, por exemplo, mas não recebem praticamente nada deles. Quando precisam de alguma informação, recorrem aos seus próprios correspondentes locais.

Panorama Regional

O Brasil possui centenas de rádios educativas municipais, estaduais e federais. Elas surgiram por motivos diferentes e estão lotadas em diversos órgãos em cada estado - secretaria de cultura, secretaria de educação, gabinete do prefeito, gabinete do reitor etc. Além disto cada rádio tem uma estrutura jurídica própria - organização social, fundação de direito público, fundação de direito privado etc. Em novembro de 2007 o governo federal reuniu todas suas emissoras de rádio e TV com a criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). A nova empresa fundiu a estrutura da Radiobrás com a Associação de Comunicação Educativa Roquette-Pinto (ACERP). A Radiobrás foi criada em 1975 e possuía, entre outras emissoras, as Rádios Nacional do Rio de Janeiro e de Brasília. A ACERP assumiu em 1998 a estrutura da Fundação Roquette-Pinto com a TVE do Rio e as Rádios MEC, entre outros canais. (RODRIGUES, 2009)

Além da organização complexa das emissoras regionais, elas não se falavam e pareciam não saber, na sua grande maioria, da existência umas das outras. Apenas as rádios maiores como a Cultura de São Paulo, a Nacional e a Rádio MEC mantinham uma circulação de informações entre cada uma delas e as emissoras menores. Em janeiro de 2004 foi criada a Associação de Rádios Públicas do Brasil (ARPUB) com a



ideia de mapear as emissoras públicas existentes no país e criar nós de comunicação. O grupo surgiu com a reunião de dez emissoras e que para chegar nas atuais 29 associadas e outras 40 participantes, foi preciso um levantamento no Ministério das Comunicações. Da lista de três mil emissoras educativas enviadas pelo Ministério, apenas cerca de cem estavam dentro do perfil original. Após o levantamento, foi preciso descobrir o contato de cada rádio. A pesquisa inédita no país busca conhecer a realidade das emissoras públicas nos aspectos administrativos, programação, recursos humanos, participação da comunidade, ambiente tecnológico, financiamento entre outros fatores. Esse material ajudará na construção de políticas públicas para o setor. Segundo a página oficial da ARPUB na internet, além da troca de conteúdo, cada afiliada deve se preocupar com a formação de uma nova geração de profissionais da comunicação radiofônica em sua região, com espírito público, por meio de cursos, seminários, conferências, debates, workshops e palestras. A ARPUB criou ainda um plano de ação e uma carta de princípios com a missão institucional de uma rádio pública. As emissoras afiliadas à instituição, portanto, devem, segundo os documentos mencionados “difundir, irradiar e produzir cultura, educação, cidadania, entretenimento, informação e prestação de serviços, buscando atingir um público cada vez mais amplo da sociedade. (ARPUB, 2004)

A troca de programas sempre existiu entre as rádios públicas, mas geralmente tendia as rádios grandes distribuírem conteúdo para as menores, sem o inverso acontecer. Em 1970 o Governo Federal criou o Projeto Minerva, que determinava a transmissão de programação educativa em caráter obrigatório, por todas as emissoras de rádio do país. Esse serviço acabou na década de 1980. Até 2003 o governo brasileiro mantinha a Rádio Nacional do Brasil, emissora internacional que transmitia em Ondas Curtas para Europa e África notícias e programas em português. A distribuição de conteúdo radiofônico é feita ainda pelas grandes rádios internacionais como a britânica BBC, a alemã DeutscheWelle e a holandesa Nederland. Seus escritórios em português distribuíam conteúdo para grandes emissoras públicas e comerciais. Outro caso de fluxo de conteúdo é feito em grande parte por rádios do Rio, São Paulo e Brasília. Elas distribuem seus programas e notícias para as rádios estaduais municipais e universitárias, geralmente menores e com uma estrutura limitada. O modelo de comunicação e distribuição de conteúdo parece repetir o modelo de colonização, da Europa e dos Estados Unidos para o Brasil, e das cidades mais influentes (Rio, São Paulo e Brasília) para o resto do país.



As rádios afiliadas à ARPUB já desenvolvem alguns projetos de troca de conteúdo entre si. Uma das experiências praticadas há três anos pela associação é o programa Conexão Brasil. A cada mês um estado é destacado. Neste período, cerca de 21 programas de cinco minutos com a música e uma pequena biografia de artistas da região tocam nas emissoras associadas. No mês seguinte outros estados e novos artistas locais serão explorados. Esta experiência permitiu que os artistas locais ganhassem maior circulação e isto refletiu diretamente na suas apresentações ao vivo. Muitos desses artistas, quando saem de seu estado de origem e vão tocar em outro, já são conhecidos das emissoras públicas e dos ouvintes daquela região. Outra prática da ARPUB é a troca de spots educativos e culturais e programas. Os conteúdos produzidos em uma rádio são veiculados em outras, criando uma circulação de programas locais. A ARPUB realiza ainda a cobertura de eventos em conjunto. A experiência já aconteceu no Fórum Social Mundial, na Feira Música Brasil e nas Eleições de 2006 e 2008, entre outros. Para isso, cada emissora local indica um profissional que irá se juntar a uma equipe composta com diversas rádios públicas. Outra prática da associação é a transmissão em rede de grandes eventos como Copa da Mundo, o Carnaval do Rio de Janeiro, entre outros. Um projeto recente da ARPUB é o Prêmio Roquette-Pinto de fomento à produção de programas radiofônicos. O concurso inédito vai premiar a produção de obras para rádio em quatro gêneros: rádio documentário, rádio dramaturgia, programas infanto-juvenis e rádio arte. O objetivo é apoiar a produção independente de obras radiofônicas e estimular a diversidade regional na produção de programas de rádio. Os programas vencedores ficarão disponíveis para veiculação por qualquer emissora pública. Outro projeto da ARPUB é a criação de um jornal colaborativo, onde cada emissora local ajudaria com conteúdo da sua região para a formação de um radiojornal em rede.

Panorama Local

No Rio de Janeiro existem quatro rádios públicas: a Roquette-Pinto, ligada ao Governo do Estado, e outras 3 administradas pelo Governo Federal - a Rádio Nacional, a Rádio MEC AM e a Rádio MEC FM. A última, por se tratar de uma das poucas emissoras de música clássica do Brasil, criou e mantém desde a sua criação há 30 anos, um contato com outras rádios públicas do mesmo segmento como a Cultura FM de São Paulo, a Antena 2 da RTP de Portugal e os serviços de rádio da DeutscheWelle - Alemanha - e Nederland - Holanda. As duas últimas emissoras mantinham escritórios



com serviço em português que enviava periodicamente notícias e programas culturais. Na década de 2000 os serviços para o Brasil foram reduzidos à notícias. Os programas culturais são feitos agora apenas nas línguas oficiais dos dois países e também em inglês. Para não perder o conteúdo, a MEC FM passou a fazer a adaptação para português e continuar a veicular os programas. Regionalmente, a troca de conteúdo acontece mais entre a Cultura FM e a MEC FM que transmitem programas uma da outra, entram em rede para transmitir a temporada de ópera do Metropolitan de Nova York e para compartilhar músicas e entrevistas. As emissoras internacionais só enviam conteúdo, e quase nunca recebem nenhum material das rádios com quem mantém contato. Existe ainda o caso de outras emissoras como a municipal de Amparo, a Universitária de Goiás e a Rádio Senado, que de uns tempos para cá vem demandando por conteúdo clássico. Acredito que essa procura deve-se mais ao interesse dos atuais gestores de cada emissora do que de uma política pública. Ou seja, hoje temos algumas redes que podem se desfazer com a mudança administrativa desta ou daquela rádio. A Rádio Roquette-Pinto no Rio de Janeiro, por exemplo, quando estava sob a direção do jornalista Arthur da Távola, criou uma rede com diversas outras emissoras. Com sua morte em 2008, a nova direção não manteve as redes criadas e hoje não tem praticamente nenhuma troca de conteúdo.

Perspectivas Futuras

Por mais pública que aquela rádio queria ser, a troca de conteúdo ainda sofre influências locais de poder político e econômico. São Paulo não quer depender do Rio, Alemanha não quer receber da América Latina. No Brasil ainda, a palavra rede ficou desgastada. Esse conceito foi usado por muito tempo de uma forma impositiva, ou seja, uma emissora, geralmente de São Paulo ou do Rio de Janeiro, enviava todo o conteúdo produzido no local para as suas afiliadas. Uma prática muito comum das emissoras comerciais, que querem a todo custo aumentar o número de ouvintes. A audiência da rádio pública é formada por cidadãos e não por consumidores como nas emissoras comerciais.

“...rádio educativo poderia ser todo o rádio feito no país. Independente de ter um carácter instrutivo ou de ensino. Dessa forma, o mais importante é que toda a programação radiofônica não fosse “deseducativa”, mesmo a transmitida pelas emissoras puramente comerciais...”(PIMENTEL, 2004, p.34)



Parecemos viver um momento favorável para a comunicação pública no Brasil. Algumas tarefas são fundamentais neste momento. Em primeiro lugar, a manutenção e a ampliação de contato entre as rádios públicas brasileiras. É preciso ainda fortalecer cada emissora, buscando uma independência dos poderes locais, para assim diminuir a influência política ou comercial. A maturidade das emissoras públicas parece ter ligação direta com a maturidade do estado e da sociedade. O Brasil parece estar em um momento importante para o fortalecimento de um sistema de comunicação público. A criação da ARPUB organizou as rádios públicas que, hoje em dia, estão mais fortes e podem cobrar do Estado políticas para a comunicação pública. Se tivéssemos essa realidade já há algum tempo, talvez muitas emissoras não teriam sido vendidas, usadas como palanque do governo, ou sucateadas. O fortalecimento dos canais públicos de rádio e TV faz-se necessário para cobrir uma lacuna na sociedade brasileira não preenchida pelo campo privado: o da comunicação para a cidadania.

REFERÊNCIAS

ARPUB. **Carta de Princípios**. Disponível em : <<http://www.arpub.org>>. Acesso em 12 de julho de 2010.

EDUCABRASIL – **Dicionário Interativo da Educação Brasileira. Projeto Minerva**. Documento eletrônico. Disponível em: . Acesso em 11 de julho de 2010.

MERAYO PÉREZ, Arturo. **La radio pública en Iberoamérica**, 2005 Disponível em: <<http://www.bocc.uff.br/pag/merayo-arturo-radio-publica-iberoamerica.pdf>>. Acesso em 10 de julho de 2010.

MOREIRA, Sonia Virginia. **Rádio em transição: tecnologias e leis nos Estados Unidos e no Brasil**. Rio de Janeiro: Mil Palavras, 2002.

_____. **Rádio Palanque**. Rio de Janeiro: Mil Palavras, 1998.

NPR. **How NPR Works**. <http://www.npr.org/about/>>. Acesso em 14 de julho de 2010.

PIMENTEL, Fábio. **O Rádio Educativo no Brasil, uma visão histórica**. Rio de Janeiro: Editora Soarnec 2004.



RÁDIO MEC. **História**. Disponível em: <<http://www.radiomec.com.br/>>. Acesso em 10 de julho de 2010.

RÁDIO ROQUETTE-PINTO. **A Rádio**. Disponível em: <<http://www.fm94.rj.gov.br/>>. Acesso em 10 de julho de 2010.

RODRIGUES, Diogo *et al.* **Sistemas Públicos de Comunicação no Mundo: experiências de doze países e o caso brasileiro**. São Paulo: Paulus, Intervezes 2009.

RTP. **A Empresa**. Disponível em: <<http://ww1.rtp.pt/wportal/grupo/>>. Acesso em 10 de julho de 2010.

UNESCO. **Public Service Broadcasting**. Disponível em: <<http://portal.unesco.org/>>. Acesso em 12 de julho de 2010.